

O ANTI-MILITARISMO NA CAMPANHA CIVILISTA DE 1910: PROPOSIÇÃO PARA UM DEBATE (*).

(Resumo).

ADALBERTO MARSON

do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

A presente comunicação representa uma parte de trabalho de pesquisa, ainda em fase inicial, a respeito dos movimentos civilistas na Primeira República, com enfoque especial nas campanhas de 1910 e 1919. Para estudar a peculiaridade das manifestações civilistas, centralizaremos nossa atenção nos níveis político e ideológico, trabalhando principalmente com textos de discursos, jornais, pronunciamentos. A pesquisa será restrita ao Estado de São Paulo e à cidade do Rio de Janeiro, onde o movimento mais se evidenciou.

Nossa preocupação, neste resumo, é contribuir para o debate em torno de um aspecto do civilismo em 1910, o sentido “anti-militarista” da campanha de Rui Barbosa, sem dúvida a questão mais evidente, em função da qual se justifica a oposição à chapa oficial (Hermes-Venceslau). Evidentemente, no interior deste debate, ficará ressaltada também a importância das eleições de 1910, quando menos por ser o primeiro pleito contestado, e por revelar alguns componentes fundamentais do sistema político republicano.

Na bibliografia, cada vez mais numerosa, a respeito da Primeira República, não se tem chegado ainda a uma explicação global do significado da campanha civilista de 1910. Predominam avaliações genéricas, sem rigor de análise, como se dá, aliás, em relação a muitos problemas do período.

(*) . — Comunicação apresentada na 4.ª Sessão de Estudos, no dia 7 de julho de 1972 (Nota da Redação).

Nas interpretações realizadas sobre a campanha civilista, um dos elementos mais diluídos é a natureza da conotação anti-militarista — o civilismo — tão repisada nos discursos de Rui Barbosa. Em mais de uma formulação, o movimento civilista aparece tomando posição contrária ao “militarismo”, por razões que incluem, explicitamente, a defesa da estabilidade do sistema político e a garantia do crédito no exterior. Já em 1909, antes de lançada sua candidatura, numa carta a Glicério, constatava Rui que

“nunca as nossas finanças precisaram tanto do crédito no estrangeiro”

e, se implantado um regime militar, estava convencido de que nosso crédito

“não resistiria ao abalo de tão grave recuo” (1).

Mais tarde, no decorrer da campanha, irá utilizar-se das opiniões de jornais e revistas inglesas e européias para mostrar as desvantagens da candidatura Hermes da Fonseca.

E' esta argumentação, visando a manutenção de um sistema, que não tem sido ressaltada pelos historiadores da República. Recentemente, Joseph Love (2) demonstrou a correspondência desta argumentação de Rui com os interesses econômicos dos grupos ligados ao café (São Paulo), que sustentaram a chapa civilista. Este Autor, entretanto, não chegou a tratar do comportamento político específico das camadas médias urbanas, às quais o civilismo pretendia dirigir-se. A correlação não revela tão somente os compromissos políticos diretamente assumidos por Rui com os setores hegemônicos da República, mas permite, além do mais, explicar um componente básico do comportamento das camadas médias: a filiação de seus valores a um quadro ideológico mais amplo, em que os contornos dos interesses não se apresentam nitidamente traçados e onde se preserva a existência de um certo sistema (político, social e econômico).

(1). — Carta de Rui Barbosa a F. Glicério e A. Azeredo, Rio de Janeiro, 19-5-1909. *Obras Completas de Rui Barbosa*, vol. XXXVI, 1909, t. I, “Excursão Eleitoral”, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1965 (p. 12).

(2). — Em *Rio Grande do Sul and Brazilian Regionalism*, Stanford, Stanford University Press, 1971 (p. 145) e mais especialmente no artigo “External Financing and Domestic Politics: the case of São Paulo, Brazil, 1889-1937”, em SCOTT, Robert E. (ed.) — *Modernization Problems in Latin America*, University of Illinois (no prelo).

O civilismo de 1910 trazia em sua plataforma um programa de abertura na participação política, dentro da ideologia liberal, mas atendia também os interesses econômicos das oligarquias que tanto pretendia combater. Não pode ser entendido, portanto, como programa exclusivo das camadas médias. Por outro lado, as reivindicações liberais dessas camadas consagravam valores profundos de conservadorismo e o receio de que o “militarismo” provocasse alterações na estabilidade política e social, do tipo do caudilhismo sul-americano.

* *
*

INTERVENÇÃO.

Da Profa. *Helga I. L. Picolo* (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Pergunta: como o Autor vê a figura do senador rio-grandense Pinheiro Machado no contexto da campanha civilista: Hermes da Fonseca *versus* Rui Barbosa?

* *
*

RESPOSTA DO PROF. ADALBERTO MARSON.

À Profa. *Helga Picolo*.

Diz o Autor:

“Pinheiro Machado pode ser considerado o artífice da candidatura oficial, posição que manteve ainda mais acentuada durante o governo Hermes da Fonseca. Não está ainda devidamente esclarecido o papel dos militares, qual a autonomia que desfrutaram neste período crítico. As crises geradas pelas “salvações” puseram em relevo as dificuldades de harmonizar os interesses das oligarquias, representadas em Pinheiro, e os militares, estes enquanto elementos de um aparelho estatal. Por outro lado, há largas razões para se ver na proeminência de Pinheiro, e do próprio Hermes, o peso do Rio Grande do Sul como unidade regional do poder nacional. Uma referência mais ampla a esta hipótese, e à figura do Senador Pinheiro Machado, em particular, pode ser encontrada na obra citada de Joseph Love. Saliente-se, finalmente, que não era contra Pinheiro propriamente que se dirigia a virulência civilista no que tange ao anti-militarismo aqui discutido; pela defesa da política de valorização do café, Pinheiro e Rui tinham um ponto de identificação”.